

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Letícia Soares Nunes¹
Amanda Gomes de Medeiros Silva²

Introdução

O presente artigo reflete um conjunto de inquietações em torno dos rumos da sociedade capitalista que vem cada vez mais acirrando o esgotamento dos recursos naturais e as desigualdades sociais e, com isso, demandando que diversas categorias profissionais, dentre elas a categoria dos Assistentes Sociais, debatam e intervenham sobre o agravamento da questão socioambiental.

Entende-se questão socioambiental³ como um “conjunto de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, 2010, p.144). Complementando, parte-se do pressuposto que o meio ambiente é uma categoria constituída por relações entre elementos humanos e naturais, sendo um conjunto de componentes químicos, físicos, biológicos, geográficos, sociais,

¹ Assistente Social vinculada à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: leticia_snunes@hotmail.com.

² Assistente Social vinculada à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) atuando no Conselho Tutelar. E-mail: amanda.gomesms@gmail.com.

³ No que concerne à discussão da questão socioambiental, é importante destacar que o termo “sócio” no ambiental é justificado no sentido de evidenciar uma opção política para reforçar a compreensão de que não se pode separar da discussão o componente social do ambiental (NUNES, 2013).

econômicos e culturais. Conforme Gonçalves (1989) compreender o meio ambiente nesta perspectiva significa ampliar seu conceito para além dos aspectos físico-biológicos, considerando-o, ainda, resultado da interação entre homem e natureza que exprime uma totalidade que só se concretiza a medida que é preenchido pelos sujeitos individuais e coletivos com suas visões de mundo.

Dito isso, embora se compreenda que a degradação socioambiental sempre existiu na história da humanidade com efeitos destrutivos localizados, pode-se constatar – com base nas referências à Marx e autores marxistas – a exemplo de Mészáros (1989), Burkett (1999), Foster (2005), dentre outros – que no modo de produção capitalista acirraram-se os problemas causados ao meio ambiente, demonstrando que a natureza apresenta sinais de esgotamento.

Analisando a relação do homem com a natureza, há, no atual modo de produção, o que Marx denominava de “fratura metabólica”, ou seja, uma separação dos trabalhadores da terra. Foster (2005) retomando este conceito salienta que metabolismo social é o processo por meio do qual o homem, mediado pelo trabalho, transforma a natureza externa e, neste movimento, também transforma sua natureza interna.

O que requer explicação, escreve Marx, não é a unidade do ser humano com a natureza, pois isso é parte da natureza física e química, mas o que se deve explicar é o processo histórico por meio do qual se separa - aliena-se - a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se. O que Marx explicará por meio de seu método são as formas como se vai modificando e se rompendo esse metabolismo com a natureza (FOLADORI, 2001, p. 107).

Em modos de produção anteriores, o homem buscava, por meio do trabalho, transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, existindo uma união relativa e variável entre o trabalhador e sua natureza externa. Porém, no sistema capitalista rompem-se os laços entre o trabalhador e seus meios de vida, visto

que a satisfação de suas necessidades não é o fim último, mas sim o meio para se obter mais lucros e acumular capital.

Assim, ao mesmo tempo em que o homem se diferencia da natureza pelo trabalho, este, no capitalismo, ao invés de realizá-lo, o escraviza, ou seja, o trabalhador tornou-se alienado frente ao trabalho e em relação à natureza, o que gera, conforme sinalizado, quebras de equilíbrio metabólico, fazendo com que a crise ambiental esteja diretamente associada à crise societária, decorrentes da expansão do referido modo de produção.

Em função de tais aspectos, principalmente a partir da década de 1970 a discussão acerca da questão socioambiental ganha relevância e espaço cada vez maior na agenda dos governos, da sociedade, das empresas e da mídia. Nesta década um conjunto de manifestações, reuniões, protocolos foram realizados com o intuito de inserir a temática no centro das políticas públicas enquanto um mecanismo de reparação e preservação do meio ambiente, propondo estratégias para internalizar normas ecológicas às políticas econômicas, deslocando dessa discussão o aspecto social e político inerentes ao campo ambiental.

Nesse conjunto de convenções, salienta-se o protagonismo dos organismos multilaterais que vêm desempenhando um papel central no debate influenciando as diretrizes políticas e econômicas direcionadas aos “ajustes estruturais” dos países periféricos. Os organismos multilaterais vêm apresentando estratégias para minimizar os efeitos negativos da problemática socioambiental – uma vez que estes se constituem num limite para a auto reprodução do capital na medida em que podem “impedir” a apropriação dos bens sociais e naturais e a sua mercantilização – a exemplo das discussões sobre Educação Ambiental (EA), economia verde, desenvolvimento sustentável (NUNES, 2012a).

Sendo alvo recente de debate e intervenção no Serviço Social, as autoras do presente artigo desenvolveram uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica com abordagem qualitativa, utilizando-se, enquanto principais recursos técnicos, a entrevista

semiestruturada⁴. O objetivo do estudo consistia em contribuir para a análise das possibilidades da atuação do Assistente Social no que concerne à questão socioambiental, identificando quais são as “novas” funções e competências incorporadas por este profissional neste campo emergente.

O artigo ora apresentado é resultado parcial da referida pesquisa e tem por objetivo debater acerca da relação estabelecida entre a questão socioambiental, mais especificamente acerca da EA e o Serviço Social.

Esclarece-se que a discussão acerca da EA, leva à compreensão de que existem, no âmbito desse fazer educativo, projetos políticos e epistêmicos em disputa como expressão de concepções e materialidades distintas. Com base no exposto, parte-se, inicialmente, da explicação das diferentes vertentes acerca da temática EA, sendo algumas antagônicas entre si na medida em que vislumbram projetos de sociedade que visam manter, compatibilizar ou superar o modelo societário vigente.

1. As diferentes vertentes da Educação Ambiental

Foi em meados da década de 1980 com a realização dos primeiros encontros nacionais, a atuação crescente das organizações ambientalistas, a incorporação da temática ambiental por movimentos sociais e educadores e o aumento da produção acadêmica, que a contribuição do processo educativo na preservação e conservação do meio ambiente e na aquisição de novos conhecimentos e habilidades referentes à natureza ganhou

⁴ A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2012 com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). No que diz respeito à pesquisa bibliográfica e documental efetuou-se uma análise da produção profissional sobre a temática socioambiental e a pesquisa empírica foi realizada mediante entrevistas com Assistentes Sociais que atuavam na questão socioambiental na região da Grande Florianópolis/SC, sendo que estas assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido onde foram informadas dos objetivos da pesquisa e aceitaram participar. Como compromisso ético, as autoras comprometeram-se em seguir as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, a saber: Resoluções CNS nº 196 de 10/10/1996, nº 251, de 07/08/1997 e nº 466, de 12/12/12, que regulamentam as pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Além disso, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo aprovado sob o número 204.292.

mais notoriedade (NUNES, 2012b). Assim, o debate em torno das problemáticas socioambientais deixou de ser utopia dos movimentos ambientalistas passando a tornar-se alvo de preocupações de muitos governos.

Nesse contexto, a EA na experiência brasileira não nasceu no campo educativo, mas parece ser um fenômeno cuja gênese e desenvolvimento estaria mais ligado aos movimentos ecológicos e ao debate ambientalista (CARVALHO, 2004b). Segundo Kawasaki e Carvalho (2009) a EA, em sua fase inicial no Brasil, herdou o caráter predominantemente conservacionista de seus movimentos com forte militância na área ambiental, sendo uma prática educativa cujo horizonte buscava o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 5).

E, se naquele momento estava presente uma expectativa de que essas práticas pudessem, se não resolver, mas pelo menos minimizar os problemas socioambientais – evidenciando o caráter marcadamente instrumental, a visão pragmática e imediatista das práticas educativas, revelando certa ingenuidade no enfrentamento da complexa temática socioambiental, caracterizada como de “ilusão ou otimismo pedagógico” –, na atualidade grandes esforços ainda são necessários, em diferentes ambientes sócio institucionais, para a compreensão e implementação de novas possibilidades da EA.

A constatação quanto à complexidade da temática socioambiental e ao caráter processual da educação tem ajudado a reverter esse quadro de “entusiasmo exagerado” pela EA. Entretanto, é preciso compreender que foram as práticas educativas de caráter conservacionista e instrumental que marcaram as primeiras práticas de EA, tanto no contexto escolar quanto fora dele (NUNES; FREITAS, 2011).

Com relação ao conceito, para Layrargues (2004, p. 7) a EA é o termo que se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental, definindo-a como “[...] uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua

identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental”. Contudo, Layrargues e Loureiro (2001) mencionam que não é mais possível entender a EA no singular, como um novo modelo de educação que simplesmente se opõe a uma educação convencional que não é ambiental, ou seja, não é mais possível referir-se genericamente a uma mera EA sem qualificá-la com precisão.

Para Reigota (2001) a EA tende a questionar o conceito de educação vigente, sendo uma crítica e alternativa aos processos pedagógicos conservadores. Como prática política, o autor defende que a EA é uma possibilidade de formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, fundamentando-se “[...] basicamente na mudança de mentalidade, comportamentos e valores” (REIGOTA, 2001, p. 44). Entretanto, é importante fazer uma ressalva de que ao reduzir a EA às mudanças comportamentais, corre-se o risco de perpetuar a lógica instrumental do sistema vigente, naturalizando as problemáticas socioambientais e acreditando que a sua superação exige atitudes e práticas em curto prazo, mediante o domínio tecnológico e a vontade de “querer fazer e resolver”.

É válido esclarecer que embora não seja possível delimitar rigorosamente o momento fundacional que se expressou a percepção das distintas correntes político pedagógicas da EA, foi por volta dos anos 1990 que a EA abandonava o perfil inicial predominantemente conservacionista e passava a reconhecer a dimensão social do ambiente (LAYRARGUES; LIMA, 2001). A partir desse momento, já não era possível referir-se genericamente a EA sem qualificá-la, ou seja, “[...] sem declarar filiação a uma opção político-pedagógica que referenciasse os saberes e as práticas educativas realizadas” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 4). Isso significa que existe uma multiplicidade de formas legítimas de pensar e fazer EA ou, em outros termos, há uma grande variação das intencionalidades socioeducativas, metodologias pedagógicas e compreensões acerca do que seja a mudança ambiental desejada. Essas diferentes propostas conceituais e práticas, na análise de Layrargues e Lima (2011), nada mais eram do que a busca por hegemonia interpretativa e política desse universo socioeducativo.

[...] uns crêem ser determinante o desenvolvimento da afetividade e sensibilidade na relação com a natureza, outros entendem que é fundamental conhecer os princípios e fundamentos ecológicos que organizam a Vida. Alguns têm forte expectativa no autoconhecimento individual e na capacidade de mudança do próprio comportamento em relação à natureza, outros estão seguros que é preciso articular o problema ambiental com suas dimensões sociais e políticas, entre outras possibilidades (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 6).

Já que todo campo político e de conhecimento se define por meio de contradições e posições divergentes e, por vezes, antagônicas, faz-se necessário clarificar as diferenciações e as adjetivações dos tipos de EA para um amadurecimento teórico e epistemológico do campo. Layrargues (2004) destaca que renomear a EA pode significar dois momentos simultâneos, mas distintos: um refinamento conceitual fruto do amadurecimento teórico, mas também o estabelecimento de fronteiras internas segmentando diversas vertentes. Para Loureiro (2009b, p. 4) o fato de não se posicionar diante dessas questões pode indicar um “[...] enfoque relativista de aceitação simples e acrítica de qualquer modo de fazer educação ambiental”.

Ter uma posição não é sinônimo de estar fechado ao diálogo, ser auto-suficiente. É sim ter a compreensão de que é preciso construir no diálogo e no movimento dos acontecimentos a coerência teórica e prática que possibilite a materialização de uma política pública e seus instrumentos, a partir de determinada concepção de sociedade, natureza e valores éticos que balizam a conduta humana sob certas condições históricas (LOUREIRO, 2009b, p. 4).

Carvalho (2001) alerta para o fato de que a EA é um conceito que, como outros da “família ambiental”, sofre de grande imprecisão e generalização. O problema dos conceitos vagos é que acabam “[...] sustentando certos equívocos e, neste caso, o principal deles é supor uma convergência tanto da visão de mundo quanto das opções pedagógicas que informam o variado conjunto de

práticas que se denominam de educação ambiental” (CARVALHO, 2001, p. 44). Apresentando vantagens e desvantagens dos processos de diferenciação, Layrargues e Lima (2011, p. 13) destacam que embora se reconheça:

[...] os limites que os esforços classificatórios impõem à apreensão da realidade, reduzindo-a em sua complexidade, separando processos que na vida real são tecidos juntos e eventualmente incitando antagonismos politicamente contraproducentes para o avanço do campo enquanto totalidade. Contudo, nesse balanço, concluímos que os benefícios analíticos e políticos resultantes dos processos de diferenciação se sobrepõem com clareza às possíveis perdas. [...]. No caso da Educação Ambiental, pela escassez de pesquisas e de dados, sempre fica difícil identificar e diagnosticar as hegemonias discursivas e práticas. Sabemos que as forças críticas conquistaram um espaço significativo no interior do campo, mas essas forças são constantemente erodidas por esse pragmatismo dominante que tende a converter e a deslocar as intenções educativas no sentido pragmático do mercado, da formação de mão de obra, da geração de emprego e renda, do consumo e, nesse processo, a educação é instrumentalizada como um meio de ascensão social, de capacitação para o trabalho, de promoção dos salários das novas classes médias. Ou seja, os objetivos econômicos são claramente os dominantes em detrimento dos objetivos de cidadania, da vida pública e educação política.

Compreende-se que a EA emerge como um novo campo de saber que objetiva formular respostas teóricas e práticas aos desafios da questão socioambiental, reconstruindo a relação entre educação, sociedade e meio ambiente. Inserida num cenário tensionado por projetos sociais antagônicos, destaca-se a existência de pelo menos duas grandes vertentes no âmbito da EA (GUIMARÃES, 2004; CARVALHO, 2004a; LOUREIRO, 2004, 2009a; LAYRARGUES, 2002): uma denominada, por um lado, ora como *conservadora* ora como *conservacionista*, e, por outro lado, uma denominada como *crítica, transformadora e/ou emancipatória*.

Na primeira vertente está implícita a ideia de que a solução dos problemas socioambientais dependeria da transformação individual dos sujeitos, ou seja, a transformação da sociedade seria alcançada no momento em que “cada um fizesse a sua parte”. Os adeptos desta vertente entendem a problemática socioambiental como fruto de um desconhecimento dos princípios ecológicos que gera “maus comportamentos”, e, portanto, buscam mudanças comportamentais, objetivando a formação de novos hábitos “ambientalmente sustentáveis”.

Na segunda vertente a pedagogia crítica, origem da EA crítica, transformadora e emancipatória tem como fundamento a crítica da sociedade capitalista e da educação como reprodutora das relações sociais desiguais. Referindo-se à EA emancipatória, Loureiro (2009a) esclarece que a utilização dos termos *emancipatório*, *transformador* ou *crítico* junto ao *ambiental* convém:

[...] para marcar um posicionamento específico de Educação Ambiental, com entendimento próprio do que é educar e da visão ambientalista, contrário aos padrões dominantes desta que, mesmo se dizendo integradora, promove em seu fazer distorções conceituas e dicotomias, tais como: (1) ambiente como algo que nos rodeia, exterior, no qual não entra a vida humana; (2) natureza como algo que está fora de tudo que se refere ao humano; (3) oposição extrema entre ambiente natural (paraíso) e ambiente construído (algo nefasto); (4) prática de campo entendida como sinônimo de visita a ecossistemas naturais, como se o urbano não fosse um ambiente; e (5) noção de educação como meio para a salvação da natureza, como se desta não fôssemos parte integrante e viva e como se esta fosse fraca, ingênua e pura, precisando ser preservada das maldades humanas (LOUREIRO, 2009a, p. 34).

A EA, nessa segunda vertente defendida no presente artigo seria, portanto, direcionada para a compreensão de que as problemáticas socioambientais têm uma causa estrutural, fruto do modo de produção desigual capitalista. Nessa perspectiva, a EA, além de sua função social, emerge com um caráter também político na busca por uma transformação da sociedade posta.

2. A Educação Ambiental como campo de atuação do Assistente Social

A pesquisa empírica realizada pelas autoras buscou analisar as possibilidades de atuação do Assistente Social na área socioambiental, suas demandas, competências e desafios incorporados neste campo de intervenção profissional. Foram entrevistadas seis Assistentes Sociais⁵ que atuam no âmbito da questão socioambiental na região da Grande Florianópolis/SC, sendo três em instituições públicas, duas em instituições com sociedade de economia mista, e uma de uma Organização Não Governamental (ONG), e serão identificadas neste artigo com a sigla “E” e os respectivos números de 1 a 6, com o intuito de garantir o sigilo das informações.

As entrevistadas foram questionadas quanto à concepção de questão socioambiental; as ações desenvolvidas que estivessem relacionadas à questão socioambiental; como se aproximaram da discussão da referida temática; questões referentes à atuação interdisciplinar nesta área emergente; processo de supervisão de estágios e formação profissional. Para fins deste artigo, selecionou-se a discussão acerca das ações desenvolvidas pelas Assistentes Sociais e as questões referentes à atuação interdisciplinar na questão socioambiental.

Mediante análise das entrevistas realizadas, dividiu-se as ações desenvolvidas pelas Assistentes Sociais no trato da questão socioambiental nos seguintes blocos: Elaboração de Projetos Socioambientais; Educação Ambiental e Mobilização Comunitária;

⁵ Para selecionar tal amostra, buscou-se, o setor de estágio do curso de Serviço Social de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina, onde foi fornecida uma listagem de supervisores de campo do ano de 2012 com seus respectivos campos de atuação. De uma listagem de 60 supervisores (alguns campos se repetiam), realizou-se uma seleção de 13 onde se avaliou que, possivelmente, havia uma atuação relacionada à referida área, contudo, destes 07 manifestaram atuar com a questão socioambiental e 06 disponibilizaram-se para a entrevista. Todos os profissionais são do sexo feminino e realizaram sua formação na Universidade Federal de Santa Catarina. Sobre o tempo de formação, das 06 profissionais, 02 destas se formaram há mais de 21 anos; 03 entre 11 a 20 anos e uma concluiu entre 01 a 10 anos. Das 06 entrevistadas, uma possui mestrado em educação e as demais possuem especializações em áreas como gestão de pessoas, gestão pública, habitação, dentre outras. No que diz respeito à atuação profissional, 05 entrevistadas informaram que atuam com a questão socioambiental de 01 a 05 anos e apenas uma com mais de 05 anos, sendo que atuaram com outras temáticas, tendo predominância a área da Assistência Social.

Remanejamento de População Atingida; e Situações de Desastres. Neste artigo a discussão será centralizada no debate acerca do eixo Educação Ambiental e Mobilização Comunitária⁶, onde das seis profissionais, três (E2; E4; E5) afirmam atuar no âmbito da EA; duas (E1; E3) reforçam que suas ações são ligadas ao planejamento, assessoramento e que, embora não estejam na intervenção direta, constantemente solicitam aos profissionais a execução de ações de EA; e uma (E6) não fez menção à EA no seu fazer profissional.

A entrevistada E2 expõe que no âmbito da EA sua ação na instituição em que está vinculada é realizada da seguinte forma:

Vai ser instalada uma obra de esgoto [...] então temos que informar essa comunidade que terá custos sim, mas trará benefícios também, pois melhora a qualidade da saúde, da água [...]. Essa questão de trazer essas informações para a comunidade por meio da educação ambiental é fundamental para o trabalho de Serviço Social na questão socioambiental aqui na empresa, é poder fazer a comunidade compreender a importância disso (E2).

A referida entrevistada identifica a EA enquanto uma ferramenta para preparar e informar a comunidade acerca das obras realizadas e complementa salientando:

A gente trabalha muito com os profissionais da engenharia florestal, biologia, geografia. A gente trabalha muito com eles, porque o trabalho, a educação ambiental é muito dinâmica [...]. Ao Serviço Social não compete fazer essas coisas sozinho, precisamos de todos esses profissionais envolvidos pra poder executar o trabalho. Então é fundamental este trabalho interdisciplinar, pois nós não somos preparados para lidar com essas questões relacionadas ao meio ambiente (E2).

⁶ A pesquisa efetuada corrobora com o exposto por Silva e Rafael (2010, p. 7) acerca do fato de que a atuação do Assistente Social na área socioambiental aparece com “uma forte mediação da educação ambiental, embora a mobilização e organização das comunidades de usuários dos serviços institucionais também integrem as demandas postas à profissão”. Importante mencionar que a divisão desses quatro blocos foi realizada a partir do exposto pelas entrevistadas sobre a atuação no âmbito da questão socioambiental, entretanto, há ações em que apenas uma profissional fez menção e outras em que todas relataram atuar.

Nessa mesma direção, a entrevistada E4 relata que onde atua também há ações voltadas à EA e mobilização comunitária, sendo que na realização de determinadas obras:

Esse trabalho interdisciplinar é importante para todas as empresas, pois sabemos que estamos interferindo na natureza, então temos que ver de que forma podemos minimizar esse impacto. E é importante para o Serviço Social, pois nós é que vamos estar inseridos na comunidade para poder orientar e aproximar, criar um vínculo entre a empresa e a comunidade. Os profissionais técnicos ficam mais com a parte informativa. Respeitando a área de cada um, acredito que a gente não tem preparo suficiente para poder orientar como alguém que é especialista na área (E4).

A entrevistada E1 trabalha assessorando os Assistentes Sociais que atuam em situações de calamidades públicas. Para exemplificar, a profissional verbaliza que, mediante um processo de assessoria, foram criados em alguns municípios os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC) com o intuito de abrir um espaço para se discutir questões relativas ao planejamento urbano. Além disso, pontua que num município onde ocorreu a criação do referido Núcleo, articulou-se também ações de EA no espaço escolar. Com relação à EA, a entrevistada E1 defende que esse fazer educativo pode contribuir para a articulação e fortalecimento das lutas dessas comunidades acerca do direito ao meio ambiente.

Além dos aspectos expostos, as entrevistadas E1 e E6⁷ destacam que a atuação interdisciplinar é fundamental no sentido de se formar um grupo com saberes diferentes, especialistas que trabalham para alcançar um objetivo comum, ou seja, estes profissionais atuariam de forma coletiva e os saberes seriam complementados. Tal compreensão é, de certa forma, diferente da exposta até então pelas entrevistadas E2 e E4 que abordam a importância do Assistente Social atuar de forma interdisciplinar,

⁷ A E6 não relata ações envolvendo a EA, mas expôs acerca da atuação interdisciplinar na área socioambiental reforçando que elabora diagnósticos socioambientais que contém o levantamento dos equipamentos públicos disponíveis, os projetos socioambientais desenvolvidos nas comunidades, entre outras informações. O intuito deste diagnóstico é buscar garantir o acesso à moradia e à infra-estrutura urbana à população do município em que atua, “*com foco na inclusão social, no respeito ao meio ambiente, num processo integrado de planejamento urbano, com a participação da sociedade*” (E6).

pois consideram que este é “um profissional que não está preparado para lidar com a temática socioambiental” e, por este motivo, precisam se articular a outros profissionais que “detêm tal conhecimento”.

Complementando, a entrevistada E4 afirma que os demais profissionais reconhecem a importância do Serviço Social atuar nesta área, exemplificando que numa determinada obra, percebeu que a população criou um vínculo maior com os Assistentes Sociais se comparado aos demais profissionais que atuavam na instituição:

Só o fato de ter uma reunião que seja para informar sobre alguma situação ambiental, muitas vezes os outros profissionais pediam para o Serviço Social estar junto, nem que fosse só para estar ali participando da mesa, para a população saber assim ‘oh o Assistente Social está lá junto’, sendo que se sentiam mais seguros assim (E4).

A Assistente Social E2 também sinaliza que os demais profissionais da equipe “nos buscam também principalmente para executar atividades e fazer a parte do Serviço Social mesmo, como um atendimento à comunidade, [...] entrar em uma comunidade” para mediar conflitos em relação à obra, por exemplo. Destaca que os profissionais:

[...] percebem como uma ferramenta que o Assistente Social tem de se introduzir na comunidade. Um jeitinho, aquele jeito que o Assistente Social tem para trabalhar com a comunidade, eles tem essa visão de que ‘Ah, falou em Serviço Social: sabe chegar à comunidade’, então é nesse sentido que entra os Assistentes Sociais (E2).

Nessa direção, a entrevistada E5 ao relatar sobre sua atuação, destaca que:

A nossa ação hoje na questão ambiental e educação ambiental está diretamente relacionada com as Associações de Triadores de Materiais Recicláveis. O triador/catador é muito invisível na nossa sociedade, então fazemos grupos e tentamos vê-los e mostrar que eles são trabalhadores, e que é um trabalho precário [...]. Esse trabalho que realizamos é feito de forma interdisciplinar, mas é uma busca constante da valorização da atuação do Assistente Social, pois eu vejo que não é a mesma importância que se dá a

um Engenheiro, por exemplo. Mas o bom dos projetos federais é que sem a participação de um Assistente Social não pode existir o projeto, pois alguns profissionais acham que o Assistente Social é que vai chegar melhor na comunidade, vai resolver os pepinos. Teve uma obra numa comunidade onde a população, que sabe suas necessidades, foi muito ouvida por causa do Serviço Social que fez eles participassem da construção do projeto. Se não tivesse o Serviço Social, seria feito um projeto no gabinete e chegariam à comunidade somente para implantar a obra, sem conhecer o dia-a-dia e a real necessidade da população (E5).

Com base no exposto, pode-se avaliar que as entrevistadas E2, E4 e E5 mencionam que as outras categorias profissionais que atuam no processo de construção da obra, solicitam a presença do Serviço Social em reuniões onde a comunidade estará presente, pois “se sentem mais seguros”, visto que acreditam que o Assistente Social é um profissional que, por meio da EA, da mobilização comunitária, mediará conflitos. Contudo, deve-se ponderar que se avalia que o Serviço Social, tal qual exposto pela entrevistada E5 e, conforme será defendido no decorrer desta seção, faz-se importante neste espaço, dentre outros aspectos, para garantir os direitos da população durante todo o processo de construção da obra, mediando e conciliando interesses que são, na maioria das vezes antagônicos e, não para “aproximar empresa e comunidade” no sentido de “apaziguar conflitos”, de evitar que a comunidade reivindique seus direitos. Pelo contrário, este profissional deve contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais e para a democratização das informações sobre possibilidades e consequências, neste caso em específico, da instalação da obra (NUNES, 2013).

Ou seja, pondera-se que a aproximação da instituição em que o profissional atua e os usuários dos serviços deve ser realizada no sentido do que está exposto no Código de Ética Profissional do Assistente Social enquanto deveres, a saber:

Capítulo I – Das relações com os Usuários.

Artigo 5º - São deveres do Assistente Social nas suas relações com os usuários:

a. contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; [...] c. democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários; [...] g. contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

Capítulo II – Das Relações com as Instituições Empregadoras e Outras.

Artigo 8º - São deveres do Assistente Social:

[...] c. contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária; d. empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais; [...] (CFESS, 1993).

Outra atuação no âmbito da EA foi exposta pela entrevistada E3 que afirma não executar as ações de EA, contudo, ao analisar os projetos socioambientais encaminhados à instituição em que está vinculada, esta solicita a inclusão de ações de EA a serem executadas com as comunidades. No momento de discutir a EA nas reuniões realizadas com as instituições que encaminham os projetos socioambientais, aparece “[...] *a questão do lixo, ou uma palestra no colégio que no máximo entregam uma cartilha. Não vai além das brincadeiras de separar lixo, teatros com roupas de material reciclável, um trabalho muito focalizado no lixo*” (E3).

Diante disso, cita-se Loureiro (2004, p. 76) visto que este pontua que:

[...] a “questão ambiental” aqui chegou sob o signo da ditadura militar, com os movimentos sociais esfacelados e a educação sob forte repressão, de modo a se evitar a politização dos espaços educativos. O resultado foi, em termos de educação ambiental, uma ação governamental que primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo/político, favorecendo a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, ambos desvinculados dos debates sobre modelos societários como um todo. Assim, a educação ambiental ganhou visibilidade como

instrumento de finalidade exclusivamente pragmática (em programas e projetos voltados para a resolução de problemas enquadrados como ambientais) e como mecanismo de adequação comportamental ao que genericamente chamou-se de “ecologicamente correto”. É por isto, inclusive, que o senso comum muitas vezes acaba vendo-a, ainda hoje, como mero meio de apoio em projetos denominados “ambientais”, e não como uma perspectiva paradigmática em educação.

Com base na fala da E3, buscar-se-á exemplificar o quanto a concepção de EA interfere na prática profissional, adotando o exemplo do “lixo”. Ou seja, se a concepção de EA estiver associada a uma visão conservacionista, onde se leva em consideração apenas os aspectos biofísicos, a prática conduzirá para o deslocamento da esfera individual das formas de apropriação coletiva do bem natural (LOUREIRO, 2010). Nesse aspecto, discutir-se-á a coleta seletiva, a reciclagem, questões relativas aos produtos que podem ou não passar por este processo, com o apelo de que “*se cada um fizer a sua parte*” a produção do lixo seria reduzida.

Contudo, se a EA é compreendida numa totalidade, a partir de uma perspectiva crítica, ao se mencionar a coleta seletiva, discutir-se-á, também, como a mercadoria foi produzida, a lógica da “sociedade descartável”⁸. Conforme expõe Loureiro (2010, p. 2), os detentores desta concepção, não podem “[...] propor a discussão da reciclagem sem discutir por que eu consumo determinadas coisas e por que consumir determinadas coisas me dá status, me dá sentido de realização. Estas são questões bem mais profundas”.

Ainda conforme o referido autor,

Quando há esse descolamento [da esfera individual das formas de apropriação coletiva do bem natural], o que acontece é que você apenas tira um peso da sua consciência, porque destinou o lixo

⁸ Mészáros (1989) faz menção à “obsolescência programa das mercadorias” que consiste em projetar produtos com tempo de vida útil limitado com o objetivo de impulsionar novo ato de consumo, onde se pode concluir que “A pressão sobre os recursos do planeta exige, para além da variável demográfica [que as teses neomaltusianas se utilizavam para destacar que o crescimento demográfico intensificava a questão socioambiental], um conjunto de fatores que resultam da intensificação da produção, da descartabilidade generalizada como estratégia de encurtamento do ciclo de vida das mercadorias e de valorização do capital” (SILVA, 2012a, p. 20).

para a reciclagem, mas não necessariamente diminui sua produção de lixo. Existem pesquisas que mostram que, ao contrário disso, muitas vezes o consumo não diminui, mas sim aumenta. Você se sente confortável. Você não se questiona por que está consumindo o refrigerante, por exemplo, qual o impacto da produção desse refrigerante, as relações de trabalho no local de produção, ou por que razão eu tomo refrigerante em vez de suco natural. Quando você descola a esfera individual da esfera da política pública, da esfera de suas relações sociais no mundo, e joga toda a responsabilidade sobre o indivíduo, fica parecendo que é apenas uma questão de escolha pessoal diante do mundo. Nesse caso, a tendência é muito mais reproduzir a lógica da sociedade do que questioná-la (LOUREIRO, 2010, p. 3).

Feito tais considerações, visualiza-se que há uma predominância na fala da entrevistada E2 e E4 para uma compreensão da EA conservadora, visto que estas ressaltam que o papel do Assistente Social é quase que exclusivamente informar a comunidade sobre a importância das obras para que estas a compreendam como algo benéfico aos moradores de determinada região e, por vezes, desconsideram as implicações sociais e ambientais das obras (SILVA, 2012b). Essa atuação busca aproximar a instituição da comunidade no sentido de minimizar os conflitos existentes, sem que seja preciso alterar os fundamentos do atual modelo de sociedade, adequando os sujeitos a uma natureza vista como harmônica.

As Assistentes Sociais E1 e E5 destacam a importância de efetuar ações de EA que busquem fomentar a participação popular, incluindo-os nos processos decisórios e de controle social com o intuito de incluir os interesses imediatos da população na agenda das políticas sociais, o que dota a atuação profissional de um caráter crítico, demonstrando o compromisso da categoria com as lutas do conjunto da classe trabalhadora. Entretanto, tal participação deve resgatar o caráter revolucionário dos movimentos sociais, para que a luta não se encerre no alcance de determinados direitos que não alteram as bases do atual modo de produção. Abreu (2002, p. 206) complementa tal aspecto na medida em que afirma que o Assistente Social, para avançar sua ação numa perspectiva emancipatória, deve

buscar a “[...] ultrapassagem das conquistas das classes subalternas dos limites históricos do Estado de Bem-Estar Social, no sentido da construção de uma nova sociabilidade – a socialista” (ABREU, 2002, p. 206)⁹.

Com relação à entrevistada E3, percebe-se uma predominância para a compreensão de uma EA crítica, sendo que, mesmo não executando ações de EA, a concepção da referida profissional é de que a EA deve ser transformadora, propositiva, rompendo com ações pontuais que não implicam numa reflexão acerca do atual modo de produção. A entrevistada afirma que sua função na instituição é avaliar e orientar as ações realizadas pelas Assistentes Sociais e demais profissionais, mas no que diz respeito a EA, sua função é “*provocar as Assistentes Sociais da ponta*” (E3) para que elas promovam ações, como “*fazer um passeio nas cooperativas que trabalham com reciclagem de lixo, mostrar como funciona a produção, discutir consumo, o trabalhador naquele espaço... Porque as ações delas não mudam [...]*” (E3). Corroborando com a entrevistada E3, afirma-se que é necessário “[...] sair do senso comum na educação ambiental, das respostas prontas e fáceis, e enfrentar, sem medo e com a necessária dose de utopia, os desafios que podem nos conduzir à consolidação de sociedades sustentáveis¹⁰” (LOUREIRO, 2009b, p. 23).

Considerando o exposto pelas entrevistadas, avalia-se pertinente, ainda, apresentar algumas produções do Serviço Social que contribuem para refletir sobre a natureza pedagógica da prática do Assistente Social e sobre a ação deste profissional no âmbito da questão socioambiental e da EA. Dentre os autores, cita-se Santos (2007) que analisa a produção bibliográfica e documental desta categoria profissional no período de 1961 a 2006 e constata que foi

⁹ Apesar de considerar importante essa avaliação acerca ação profissional, julga-se pertinente complementar o exposto por Abreu (2002), ressaltando que o Assistente Social não deve ser considerado “o agente de transformação” da ordem vigente, pois esta compreensão pode denotar uma visão voluntarista, onde o profissional não reconhece os limites e as possibilidades da sua prática, bem como subestima o papel de organização da classe trabalhadora, tal qual alertou Yamamoto (2007).

¹⁰ Para esclarecer, Loureiro (2009c, p. 18) entende que a sustentabilidade socioambiental é o “[...] pressuposto balizador das ações, que visa a construção das denominadas “sociedades sustentáveis”, ou seja, aquelas em que não se considere como fator de satisfação social o crescimento econômico, segundo os interesses do mercado, mas o respeito à diversidade cultural, a busca por justiça social, a promoção de relações produtivas coletivistas, a preservação e a conservação ambiental, o equilíbrio ecossistêmico e o fortalecimento de instituições democráticas”.

apenas a partir da década de 1990 que os artigos trazem questões relacionando a temática “meio ambiente e Serviço Social”, sendo o período de 2000 a 2006 o mais frutífero. A referida autora identifica nesta pesquisa produções que relatam experiências profissionais, resultados de pesquisas e reflexões sobre a temática do meio ambiente.

No âmbito dos trabalhos que apresentam resultados de pesquisa, ou pesquisas que na ocasião ainda estavam em andamento, encontrou-se 30 artigos, sendo divididos em: 1) Sete (7 - 24%) trabalhos com relatos da preocupação da categoria com o meio ambiente, com a degradação, preservação ambiental e com o desenvolvimento sustentável; 2) Seis (6 - 20%) trabalhos que relataram processos que estejam ligados a um dos aspectos que envolvem o meio ambiente formado pelo homem; 3) Treze (13 - 43%) trabalhos que destacam a preocupação diante das formas como o capitalismo interage com a natureza ao transformá-la em mercadoria; 4º) Quatro (4 - 13%) trabalhos que defendem a ideia de que os Assistentes Sociais devem atuar como educadores ambientais.

Com relação a este quarto grupo, Santos (2007) conclui que nos trabalhos que apoiaram o Assistente Social enquanto Educador Ambiental, a categoria se divide: há os que apoiam a ideia, por acreditarem que esses profissionais, por atuarem junto às classes subalternas, saberiam dialogar e explicar a importância da preservação ambiental; e há os que acreditam que o Assistente Social deve desenvolver essa prática como uma forma de estender o seu campo de luta por uma sociedade mais justa e livre da opressão, onde, ao oferecer elementos que contribuem para a conscientização das classes subalternas, buscaria a garantia de direitos e de acesso aos bens naturais a todos de forma igualitária, reforçando a crítica ao avanço do processo de mercantilização que vem sendo implementado.

Nessa direção, Silva (2010) evidencia que os trabalhos apresentados por Assistentes Sociais nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) nos anos de 2004 e 2006 são reveladores de que os debates sobre meio

ambiente emergem para o Serviço Social como uma temática transversal às outras áreas já tradicionalmente pesquisadas, quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, dentre outras.

A autora Rafael (2008, p. 97) afirma que:

A intervenção das assistentes sociais na área ambiental está bem próxima daquela desenvolvida em outras áreas onde atuam estes profissionais: são intervenções voltadas para a administração institucional, gestão de programas e projetos, sendo estas atreladas às tradicionais formas de atuação pautadas em ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, subsidiadas por uma gama de conhecimentos e de atribuições que dão suporte à profissão.

Embora visualize que o Serviço Social atue com a questão socioambiental em diferentes espaços sociocupacionais – tal qual foi possível observar na pesquisa realizada pelas autoras onde as Assistentes Sociais entrevistadas estavam vinculadas às instituições com sociedade de economia mista, instituições públicas e organizações não governamentais –, Rafael (2009) argumenta que ocorreu uma proliferação de ações empresariais nesta área, sendo que tal aspecto abriu espaço para a atuação dos Assistentes Sociais no âmbito da EA. Nessa mesma direção, a partir de estudos empreendidos no período de 2003 a 2008, Silva (2010, p. 30) discorre que “de natureza essencialmente pedagógica, o exercício profissional dos assistentes sociais está intrinsecamente voltado aos processos de Educação Ambiental”, articulados à defesa da melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições que se vinculam, ora destinada à gestão socioambiental pública ou privada, ora no âmbito da responsabilidade socioambiental empresarial ou no campo das ONGs.

Embora não configure um campo de intervenção exclusivo dos assistentes sociais, a educação ambiental – como foco dos programas voltados ao meio ambiente – ganha forma através de campanhas educativas, da realização de seminários, oficinas, reuniões e vem adquirindo visibilidade na agenda profissional seja

no âmbito da pesquisa, criando novos objetos de estudo, seja na intervenção cotidiana em projetos e programas socioambientais (SILVA; RAFAEL, 2010, p. 05).

Refletindo sobre a atuação do Assistente Social na EA, Reigota (2007, p. 8) descreve:

A aproximação dos/das assistentes sociais com o campo da educação ambiental não só é bem-vinda, como também é necessária e pertinente. Entre nós, educadores ambientais, os/as assistentes sociais poderão ter contato e dialogar com um conhecimento socioambiental específico, diferentes tipos de intervenção e um acúmulo de argumentos e experiências pedagógicas consideráveis.

No âmbito das linhas de ação e estratégias para o fortalecimento da gestão e planejamento da EA no país, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), enquanto propostas para a criação de interfaces entre a EA e os diversos programas e políticas de governo, faz referência ao Assistente Social enquanto um dos profissionais que pode contribuir neste contexto. Ou seja, o ProNEA estimula e apoia a criação de grupos de trabalho multidisciplinares, envolvendo “[...] arte-educadores, assistentes sociais e agendes de saúde para desenvolver oficinas de educação ambiental que enfatizem a relação entre saúde, ambiente e bem estar social, a serem realizadas em escolas públicas e locais acessíveis à comunidade em geral” (BRASIL, 2005, p. 44).

Com base nessas questões, a constatação de que o Assistente Social vem atuando na questão socioambiental, fundamentalmente, no âmbito da EA, se assenta no fato de que, historicamente, o Serviço Social tem se inserido “[...] nos processos de organização da cultura visto que a sua prática profissional reproduz elementos constitutivos da dimensão político-ideológica dos sujeitos sociais, com rebatimentos nas relações de hegemonia devido ao caráter pedagógico da profissão” (RAFAEL, 2009, p. 3).

Esse caráter pedagógico é analisado por Abreu (2002) quando esta afirma que o Assistente Social possui uma função pedagógica

que se materializa por meio dos efeitos de sua ação “[...] na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesse processo, contribuindo para a formação de subjetividades e padrões de conduta individuais e coletivas, elementos esses constitutivos de uma cultura [...]” (ABREU, 2002, p. 66).

Nessa direção, a referida autora apresenta a existência de três perfis pedagógicos da prática profissional do Assistente Social, a saber: “pedagogia da ajuda”, “pedagogia da participação” e “pedagogia emancipatória”. Defende que, historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pela referida categoria profissional vincularam-se aos processos de controle da classe dominante sob as classes subalternas, mediante uma ação de cunho individualista, moralista sob o trabalhador e sua família, buscando adequá-los às necessidades do capital, o que converge com uma “prática pedagógica da ajuda”. Já a “pedagogia da participação”, embora não tenha superado o enfoque individualista e conservador mencionado anteriormente, pautava-se nas propostas de “desenvolvimento de comunidade”, entendendo que os problemas sociais devem ser resolvidos na esfera local, mediante participação popular nos programas de governo. A pedagogia emancipatória surge a partir dos anos 1980, no bojo da crise profissional que se configurou a partir da negação de um Serviço Social conservador.

No processo de construção de uma pedagogia emancipatória, Abreu (2002) menciona que duas tendências podem ocorrer: uma restrita ao horizonte da cultura do “bem estar”, e outra comprometida com a luta das classes subalternas na medida em que, articulando-se com outros sujeitos sociais, objetiva a construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo. Nessa direção, a autora afirma que o Serviço Social, enquanto uma profissão de cunho educativo, inscreve-se no campo das atividades que incidem na formação da cultura como um elemento constitutivo das relações de hegemonia e, por este motivo, possuem o desafio de identificar as possibilidades de avançar sua atuação numa perspectiva emancipatória.

Complementando o exposto por Abreu (2002), afirma-se que o Assistente Social não trabalha só com coisas materiais, ou seja,

“tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 68). Porém, não se pode desconsiderar que o Assistente Social consiste numa profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho nos marcos da sociedade capitalista e, por este motivo, precisa ter conhecimento das condições objetivas da sua prática.

Obviamente que fazer essa ressalva de que o Assistente Social é um profissional assalariado, que possui uma autonomia relativa na condução de suas ações, não significa afirmar a impossibilidade de intervenções que fortaleçam os interesses das classes subalternas. Entretanto, desconsiderar este contraditório terreno no qual o Serviço Social se insere, conduz o profissional a uma leitura equivocada da realidade, não superando a aparência dos fenômenos e recaindo numa visão messiânica da profissão.

No âmbito da EA considera-se que, além de reconhecer os limites e as possibilidades no terreno em que a categoria profissional se insere, é fundamental que o Assistente Social compreenda o amplo leque de correntes de pensamento que se enfrentam no âmbito deste fazer educativo, conforme exposto na primeira seção do artigo. Faz-se necessário desmistificar a existência de um consenso onde todos os que pesquisam e/ou executam ações nessa área – inclusive o Assistente Social – se pautam em uma única visão de mundo, em um único e mesmo objetivo no tratamento da questão socioambiental (NUNES, 2012a).

Entende-se que as diferentes concepções de EA estão relacionadas às diferentes formas de fazê-la e, conseqüentemente, de entender a relação entre crise socioambiental e o modelo societário vigente. Nesse contexto, um dos principais desafios ao Serviço Social – daqueles que se propõe a uma intervenção crítica, emancipatória –, consiste em desvendar os fundamentos das formulações das propostas de EA, seus paradigmas, suas finalidades e influências nas práticas individuais e coletivas, ou seja, desvelar sua natureza teórica e política, uma vez que:

A ausência (ou insuficiente) problematização das demandas estreita o leque de possibilidades da profissão, confinando-a a limites previamente estabelecidos. Assim, corre-se o risco de se verem questões referentes ao lixo, à água, à energia, ao saneamento básico, entre outras – as quais vêm requisitando cada vez mais o Serviço Social –, serem tomadas em si mesmas, como problemáticas circunscritas aos limites territoriais específicos de uma dada área e deslocadas do universo complexo que implica a “questão ambiental”. As estratégias a serem adotadas, como consequência, remontam às mudanças comportamentais e à incorporação, acrítica, das requisições institucionais pelos usuários (SILVA, 2010, p. 156).

Tais questões sinalizadas por Silva (2010) foram perceptíveis na fala da entrevistada E3 quando esta reivindica que os Assistentes Sociais sejam mais propositivos e críticos, rompendo com as tradicionais e conservadoras ações no âmbito da EA que buscam a mudança dos comportamentos individuais em relação ao ambiente, não questionando a estrutura social vigente em sua totalidade.

A superação desses desafios implicará em ações que rompam com as práticas autoritárias, com o viés psicologizante e moralista que caracterizaram a gênese do Serviço Social, bem como que tenham como direção a EA crítica, transformadora e/ou emancipatória, rompendo com perspectivas que ao mesmo tempo em que “responsabilizam” os sujeitos, principalmente a camada subalterna, pelas mazelas da questão socioambiental, também os consideram “vítimas” dessas problemáticas e, com isso, ensejam unicamente mudanças comportamentais com vistas à manutenção do *status quo*. Ou seja, os desafios postos aos profissionais que atuam nos processos de EA caminham na direção de reafirmar “[...] as práticas autoritárias, hierárquicas e reiterativas da ordem, de base comportamental ou por outra via, empenhar-se na busca por romper as bases da alienação e favorecer a formação de uma consciência humano-genérica” (SILVA; RAFAEL, 2010, p. 6).

Algumas estratégias adotadas para fazer as mediações para transformar as múltiplas expressões da questão socioambiental em alternativas de intervenção profissional, passam pela abertura do

diálogo interdisciplinar, pela mobilização e organização da sociedade, identificando as articulações políticas em torno dos serviços socioambientais (sejam eles de moradia, educação, assistência, trabalho, lazer, dentre outros), a fim de que estes intervenham nas instâncias de controle social, tendo como horizonte universalizar os serviços, programas e políticas sociais, bem como fomentar seu protagonismo, sua participação efetiva na tomada das decisões, impulsionando a edificação de uma “consciência ambiental e socialmente crítica e de uma cultura política assentada nos princípios da autonomia e da autodeterminação dos sujeitos na busca pela satisfação de suas necessidades e da apropriação coletiva dos recursos da natureza” (SILVA; RAFAEL, 2010, p. 8).

Embora não se tenham “fórmulas”, “manuais” nesse caminho – e também não se acredita que a existência destas seja o melhor caminho – salienta-se que o Assistente Social, sendo convocado a registrar sua contribuição no plano teórico e na intervenção continuada, precisa ser propositivo, crítico, com ações sustentadas nos eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, onde o projeto ético-político do Serviço Social constitui ferramenta essencial e referência a todos aqueles que buscam imprimir um diferencial de qualidade neste terreno.

Conclusão

Diante dos apontamentos realizados, afirma-se que ao inserir-se em espaços sócio ocupacionais, faz-se necessário que o Assistente Social tenha conhecimento das condições objetivas da sua prática. Conforme Iamamoto (2007) deve-se ter clareza que a instituição organiza o processo de trabalho do qual este profissional participa, porém, não é um condicionante a mais do seu trabalho. Assim, reconhecer os limites e possibilidades do espaço ocupacional é fundamental no sentido de assegurar sua legitimidade profissional e enfrentar o desafio de responder às particularidades das demandas postas à profissão.

Essa ressalva se faz necessária, pois ao se inserir em instituições, sejam elas públicas ou privadas, o Assistente Social pode vir a se deparar com requisições cujos fins já foram previamente definidos e que, por vezes, os objetivos institucionais podem não coincidir com os objetivos profissionais. Nesse caso, ao intervir na administração da questão socioambiental, o profissional – se não reconhecer os limites e as possibilidades do seu espaço profissional – passa a ter sua competência profissional restrita aos atendimentos das demandas institucionais, incorporando-as acriticamente por meio da adoção de procedimentos burocráticos, legais, onde “[...] o discurso de preservação da natureza subsume-se à manutenção da qualidade dos serviços, esmaecendo-se, neste contexto, as mediações com a totalidade da questão ambiental” (SILVA, 2010, p. 155).

O Serviço Social é uma das categorias que vem sendo cada vez mais demandada a oferecer respostas à questão socioambiental e, neste terreno, a EA emerge com força enquanto um novo espaço de atuação. Embora venha se construindo um reconhecimento acerca da importância dessa atuação – conforme foi exposto pelos autores que discorrem sobre a temática –, das seis Assistentes Sociais entrevistadas, três (E2; E4; E5) sinalizam que há, por parte de outras categorias profissionais com quem elas atuam, um entendimento de que o Assistente Social se faz importante nesta área para intervir junto à população com o intuito de minimizar os conflitos que podem surgir entre esta e a instituição a qual o profissional se vincula.

Apesar de tal compreensão remeter a imagem de uma prática conservadora, duas (E2; E4) dessas três profissionais alegam que, por não deter um conhecimento específico para abordar aspectos relativos à temática socioambiental e à EA especificamente, suas ações consistem em informar a população sobre o processo de instalação de uma obra, de modo a minimizar seus impactos, bem como “aproximar” empresa e comunidade – reforçando e corroborando com a visão das demais categorias profissionais a que elas se referiram –. Já a terceira profissional (E5) reforça que a atuação deve ir além do exposto, direcionando-se para um espaço

mais amplo que pode ser fecundo para a luta por direitos da população. Questão essa perceptível também na fala da entrevistada E1 e complementado pela E3 quando reforça a importância do Assistente Social refletir sobre seu fazer e, de forma crítica e propositiva, busque romper com as ações de EA que objetivem estritamente a mudança de comportamento do indivíduo para que este passe a ter hábitos considerados “ambientalmente corretos”.

Diante disso, é fundamental que a categoria dos Assistentes Sociais debata acerca desta área de atuação, visto que novas possibilidades de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas e que “[...] se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados” (IAMAMOTO, 2007, p.48). Ou seja, é preciso que os Assistentes Sociais se apropriem desse novo campo de trabalho, no entanto, embora o terreno pareça fértil, num espaço emergente como a temática socioambiental, o Assistente Social precisa munir-se de recursos, instrumentos, e ferramentas que demonstrem a efetividade desta intervenção.

Vinculado aos processos de EA em função de sua natureza pedagógica, tal atuação de acordo com Silva (2010) e com base na pesquisa bibliográfica, documental e empírica realizada pelas autoras deste artigo, está articulada à defesa da melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições às quais se vinculam, ora destinada à gestão socioambiental pública ou privada, ora no âmbito da responsabilidade socioambiental empresarial ou nas ONGs.

Defende-se, portanto, que as ações dos profissionais que atuam nos processos de EA, caminhando para uma direção crítica ou, tendo como horizonte uma “prática pedagógica emancipatória” nos termos de Abreu (2002), sejam direcionadas para a transformação do conjunto das relações sociais nas quais estamos inseridos, possibilitando, assim, instituir novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza, na medida em que os sujeitos individuais e coletivos se apropriem de sua condição histórica para fazer as mediações possíveis para a construção de outra sociabilidade.

Referências

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. 3ª ed. Brasília: DEA/MMA; CGEA/MEC, 2005.

BURKETT, P. **Marx and Nature**: a red and green perspective. New York: St. Martin's Press, 1999.

CARVALHO, I. C. M. **Qual educação ambiental?** Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 43-51, 2001. Disponível em <http://sma.imprensaoficial.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Revista_Agroecologia_parte11.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

_____. **Educação Ambiental Crítica**: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, p. 13-24, 2004a.

_____. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004b.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 273/93**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993.

FOLADORI, G. **O metabolismo com a natureza**. In: Crítica Marxista, São Paulo, nº 12, p. 105-117, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental crítica**. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, p.27-36, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KAWASAKI, C. S.; CARVALHO, L. M. **Tendências da pesquisa em Educação Ambiental**. In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, p. 143-157, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982009000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: set. 2012.

LAYRARGUES, P. P. **Apresentação: (Re)Conhecendo a Educação Ambiental no Brasil**. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da Educação Ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 7-9, 2004.

_____. **Muito prazer, sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico**. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, 1., São Paulo, 2002. Anais... São Paulo, 2002, p. 1-15.

LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental nos anos 90: mudou, mas nem tanto**. In: *Políticas Ambientais*, Rio de Janeiro, v. 9, n.25, p. 5-7, 2001.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental**

contemporânea no Brasil. In: Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”, 6., Ribeirão Preto, 2011. Anais... Ribeirão Preto, 2011, p. 1-11. Disponível em:
<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Philippe%20Pomier%20Layrargues.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora.** In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília: MMA, p. 65-84, 2004.

_____. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. **Educação ambiental no licenciamento:** aspectos legais e teórico-metodológicos. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.) Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento. Salvador: Instituto do Meio Ambiente, 2009b. Disponível em
<<http://formacao.iat.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/Educaoambiental%20no%20licenciamento.pdf>>. Acesso em abril 2013.

_____. **Um diálogo entre pedagogia e educação ambiental,** Porto Alegre, [2010]. Disponível em:
<<http://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/6345/eventos.aspx>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

MÉSZÁROS, I. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista.** São Paulo: Ensaio, 1989.

NUNES, L. S. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis:** novas demandas ao Serviço Social, 2012. Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012a. Disponível em

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96219/301385.pdf?sequence=1>>. Acesso em ago. 2013.

_____. **A Educação Ambiental enquanto Política Pública:** reflexões acerca de sua inclusão no contexto universitário. In: Revista de Políticas Públicas, Maranhão, v. 16, p. 317-327, 2012b. Disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1411>>. Acesso em ago. 2013.

_____. **A questão socioambiental e a atuação do Assistente Social.** In: Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, 2013. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/13337>>. Acesso em ago. 2013.

NUNES, L. S.; FREITAS, R. C. M. F. **A educação ambiental e sua interlocução com o pensamento de Karl Marx.** In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 5., Florianópolis, 2011. Anais... Florianópolis, 2011, p. 1-16. Disponível em <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_05/e05h_t005.pdf>. Acesso em ago. 2013.

RAFAEL, P. R. B. **A “questão ambiental” e o trabalho das Assistentes Sociais nos programas socioambientais das empresas em Recife,** 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008.

_____. **A participação do Serviço Social na intervenção socioambiental das organizações empresarias.** In: XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 19., Ecuador, 2009. Anais... Ecuador, p. 1-11, 2009.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. Prefácio. In: GÓMEZ, J. A. D., et al. **Serviço Social e meio ambiente**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p. 7-10, 2007.

SANTOS, R. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 2007. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. G.; RAFAEL, P. R. B. **A “questão ambiental” e Serviço Social no Brasil**: uma curta história, novos desafios profissionais. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 12., Rio de Janeiro, 2010. Anais... Rio de Janeiro, 2010, p. 1-10.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI**. In: ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. G. (Org.). Educação Ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente. Aracaju: Editora UFS, p. 15-34, 2012a.

SILVA, A. G. M. **Atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental**. 2012b. 113f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012b.

Recebido em 05/08/2013 e
aceito em 24/04/2014.

Resumo: *O presente artigo, com base num recorte da pesquisa bibliográfica, documental e empírica realizada em 2012, tem como objetivo contribuir no conjunto das produções teóricas interdisciplinares para o avanço do conhecimento na pesquisa em Educação Ambiental, bem como debater acerca da relação estabelecida entre esta temática e o Serviço Social. Para alcançar tal objetivo, inicialmente apresenta-se a compreensão por questão socioambiental. Posteriormente, tecem-se algumas considerações sobre a Educação Ambiental e suas diferentes vertentes. Finaliza-se destacando a relação desta temática com o Serviço Social. Dentre os aspectos conclusivos, evidencia-se que o exercício profissional dos Assistentes Sociais, em função de sua ação pedagógica, está intrinsecamente voltado aos processos de Educação Ambiental, sendo necessário, portanto, fomentar o debate desse fazer educativo.*

Palavras-chave: *Serviço Social, Questão Socioambiental, Educação Ambiental.*

Title: *The Environmental Education and the practice of Social Worker*

Abstract: *This article, based on a documental research and empirical research made in 2012, aims to contribute to the set of interdisciplinary academic research to advancing knowledge in the Environmental Education research, as well as discuss about the relationship established between this theme and Social Work. To achieve this objective, initially presents the understanding of environmental issues. Afterwards, presents some considerations about the Environmental Education and its different aspects. Finishes up emphasizing the relationship of this theme to the Social Work. Among the conclusive aspects, shows that the professional practice of Social Workers, according to their pedagogical action, is intrinsically directed to the processes of the Environmental Education, being therefore, necessary to stimulate the debate about that education make.*

Keywords: *Social Work, Socioenvironmental issues, Environmental Education.*
